

CONDICIONALISMO SÓCIO-CULTURAL DAS  
ORIGENS DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO  
EUROPEU: A SINGULARIDADE DO CASO  
PORTUGUÊS (VI).

---

(Continuação).

ALDO JANOTTI

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO II.

HOUVE CONDIÇÕES PARA O NASCIMENTO DA  
UNIVERSIDADE PORTUGUESA?

C). — O ARCAISMO CULTURAL.

Na tentativa de procurar encontrar, nas origens da Universidade portuguesa, aquelas mesmas condições sociais que possibilitaram o nascimento das Universidades européias em geral, tivemos oportunidade de verificar que elas não existiram. Inutilmente procuramos encontrar um renascimento urbano em Portugal anteriormente ao aparecimento da Universidade. O que fomos obrigados a constatar sim, é que Portugal nessa época, como no decorrer de toda a sua Idade Média, comparado com a Europa, se apresentava como um país socialmente anacrônico. Enquanto a Europa estava em pleno desenvolvimento de uma vida urbana, Portugal permanecia um país agrário. A constatação desse anacronismo ou arcaísmo é um elemento de excepcional importância histórica: foi em função dele que pudemos observar a não existência de condições sociais, nas origens da

Universidade portuguesa. Agora, no momento em que iniciamos o estudo das condições culturais, a fim de verificar se elas, realmente, estiveram presentes, na fundação da Universidade portuguesa, a constante preocupação com um anacronismo de tipo cultural afigura-se-nos dos mais corretos processos da metodologia histórica.

Levando-se em conta a indispensável solidariedade que deve existir entre o social e o cultural, somos tentados a acreditar que Portugal também no campo da cultura era um país anacrônico com relação à Europa na Idade Média. Não é de estranhar, assim, que o excelente historiador da cultura portuguesa, Antônio Saraiva — depois de se referir ao fato de Portugal, antes do século XV não constituir um núcleo de cultura, pois apenas recebia o reflexo da cultura européia e em especial a castelhana, não existindo, portanto, um centro de gravidade nacional de cultura — faça a seguinte afirmação:

“Outra característica geral da cultura portuguêsã nesta fase da Idade Média é o seu arcaísmo relativamente ao resto do mundo ocidental. Desde a segunda metade do século XII e ao longo do século XIII a cultura medieval passa por um processo completo de transformação. Aos conventos sucedem as Universidades como focos da cultura e do ensino. Tornam-se conhecidas as obras de Aristóteles em novas traduções, primeiro feitas sobre o texto dos tradutores árabes, depois diretamente do grego, e por elas ascende-se às principais aquisições científicas e filosóficas da Antigüidade; o pensamento da Igreja reelabora-se numa síntese fortemente estruturada, cujo principal definidor é São Tomás de Aquino, para se adaptar ao novo nível de conhecimentos. Aos vagos clarões da sabedoria antiga que a Idade Média na primeira fase recolhera através dos compiladores do fim do mundo antigo, sucede o comêço alvorecente de um mundo cultural novo.

Entretanto em Portugal, pelo que sabemos do recheio das livrarias monásticas, pelos escritos elaborados nos conventos e pelas leituras conhecidas dos leigos, continuam a dominar, salvas as excepções, os padres da Igreja e os compiladores do fim da Antigüidade. Isto coincide com o predomínio dos conventos, em especial o de Alcobaça, na elaboração cultural, durante os séculos XIII e XIV, época em que no resto da Europa ocidental a sua atividade se tornara secundária.

Por outro lado, só no século XIV começa a redigir-se uma prosa literária portuguêsã, ainda muito embaraçada, quando em França desde o comêço do século anterior a prosa era cultivada

com brilho. O gôsto pelo romance cavaleiresco da Távola Redonda persiste quando em França cede o lugar a formas mais modernas, de caráter sentimental e burguês. A Universidade de Lisboa aparece também com atraso de vários decênios sôbre as suas mais antigas congêneres européias.

Êste arcaísmo revela-se inclusivamente na própria letra em que são copiados os códices: a letra visigótica, substituída desde o século XI em tôda a Península pela letra “francesa”, subsiste em Portugal e na Galiza até mais de meado do século XII” (212).

Complementando a citação do referido historiador, observaríamos que, também, no campo da arte se manifestava, na Idade Média, o arcaísmo cultural português. Vinculada a condições sociais anacrônicas, a cultura portuguesa se apresentava anacrônica, também em todos os diferentes setores da sua manifestação. Deixando de lado a questão da escrita, podemos perceber três anacronismos distintos, no quadro da cultura medieval portuguesa: artístico, literário e pedagógico. Embora o último, isto é, o anacronismo pedagógico seja aquêle que mais de perto nos interesse, é compreensível que façamos referência ao artístico e ao literário. Veríamos, assim, que, no nascimento da Universidade, a ausência de condições culturais de caráter pedagógico não foi apenas a manifestação de um fenômeno isolado mas sim uma faceta de um acontecimento muito mais vasto, abrangendo a cultura medieval portuguesa na multiplicidade dos seus aspectos.

\* \* \*

Na evolução artística da Europa medieval, a metade do século XII registra um acontecimento de grande importância: é a partir dessa época que

“as qualidades particulares que constituem o gótico se fazem notórias” (213).

No século seguinte, isto é, o XIII, o gótico alcançará a sua plena maturidade (214). E o aparecimento do gótico — que no dizer de Arnold Hauser marcou a mudança mais profunda no curso da

---

(212). — *Op. cit.*, v. I, p. 18-9.

(213). — W. R. Lethaby, *Arquitectura Medieval*, in “El Legado de la Edad Media”, p. 91.

(214). — *Idem, ibidem*, in “El Legado de la Edad Media”, p. 91.

história da arte moderna (215) —, pôs fim à supremacia artística, até então, mantida pelo chamado estilo românico. Nada há de extraordinário, no fato do estilo românico ter cedido a supremacia artística ao estilo gótico, se se levar em conta que a época da qual estamos tratando conheceu uma série de grandes transformações. Essas transformações repercutiram, na vida artística, transformando-a também: o estilo antigo deixou de atender às novas necessidades inerentes às referidas transformações, surgindo assim o novo estilo a fim de atendê-las. Realmente, a arte românica — e é

“talvez aqui que se espelha de modo mais evidente a solidariedade entre clero e nobreza” (216) —,

foi uma arte monástica e feudal (217), expressão de uma época social e economicamente estática (218). Já a arte gótica foi uma arte urbana e burguesa (219), expressão de uma época social e economicamente dinâmica. Enfim, a vitória do gótico sobre o românico, nada mais, foi do que o reflexo das transformações que levaram o mundo medieval a evoluir do agrarismo em direção do urbanismo.

Mas, será que em Portugal as coisas no campo artístico se passaram da mesma maneira como acabamos de ver? Em Portugal a adoção definitiva do gótico data do reinado de D. Denis, fins do século XIII e inícios do XIV, portanto (220). E' bem verdade que an-

---

(215). — *Storia sociale dell'arte*, Giulio Einaudi editore, 1955, v. I, p. 301.

(216). — *Idem*, v. I, p. 277.

(217). — *Idem*, v. I, p. 277.

(218). — *Idem*, v. I, p. 277 e seg.; “Alla staticità economica e sociale corrisponde anche nella scienza, nell'arte, nella letteratura, un rigido, immobile conservatorismo, fermo ai valori riconosciuti. Lo stesso principio di immobilità che fissa l'economia e la società alle loro tradizioni, rallenta anche lo sviluppo del pensiero scientifico e dell'esperienza artistica, e imprime alla storia dell'arte romanica quell'andamento calmo, quasi pesante, che per quasi due secoli impedirà ogni vero mutamento stilistico” (*Idem*, v. I, p. 283-4).

(219). — “Urbana e borghese è l'arte delle cattedrali gotiche, in confronto dell'arte romanica, monastica e nobiliare; urbana e borghese anche nel senso che i laici svolgono una parte sempre maggiore nella costruzione delle cattedrali, mentre l'influsso del clero sull'arte diminuisce in proporzione; urbana e borghese, infine, perché quelle opere sono inconcepibili senza la ricchezza delle città e perché nessun principe della Chiesa avrebbe potuto sostenerne il costo”. (*Idem*, v. I, p. 311-2).

(220). — “O reinado de D. Denis porém, abre de fato na história da civilização nacional um novo ciclo, não apenas literário e cultural, mas artístico, marcando na arquitetura, na escultura e na ourivesaria a adoção definitiva das formas e do espírito góticos.

Santa Clara de Coimbra, Santa Maria do Olival de Tomar, numerosos castelos que “o Lavrador” reconstruiu ou levantou, são exemplos de protótipos

tes do reinado do “Lavrador”, em pleno domínio do românico, são encontradas formas góticas. É o caso, por exemplo, do mosteiro de Alcobaça (1153-1222), onde encontramos

“a coexistência do gótico e do românico” (221).

Deve-se observar, porém, que a referida construção

“aparece como que insulada, na arquitetura em Portugal: a sua planta veio, diretamente, de Claraval, dizem, das mãos virtuosas de D. Bernado que com ela enviou o seu arquiteto e artífices, os *conversi barbati* borgonheses, precursores das audácias ogivais tão próximas já, nesse momento, da sua realização” (222).

Dessa forma, apoiados também por Antônio Sérgio, podemos dizer que foi, realmente, durante o reinado de D. Denis que o estilo gótico se arraigou (223); embora tardiamente, se levarmos em conta o caso europeu.

Todavia, o que, realmente, nos interessa não é registrar a adoção definitiva (expressão de Reinaldo dos Santos), ou o arraigamento (expressão de Antônio Sérgio) do gótico durante o reinado de D. Denis e, sim, nos preocuparmos com as vicissitudes do novo estilo, no ambiente artístico português e de que maneira este se comportou, com relação a ele. Somos obrigados a afirmar que Portugal não estava, artisticamente, em condições de compreender e desenvolver o estilo gótico importado, pois continuou preso a formas artísticas arcaicas, isto é, ao românico, e numa época em que esse estilo já tinha sido completamente superado, na Europa. Reinaldo dos Santos, por exemplo, chega mesmo a afirmar que o

“gosto português nunca sentiu porém muito profundamente o gótico” (224):

---

ogivais, que só um século depois haviam de desabrochar na Batalha”. (Reinaldo dos Santos, *A Arte Medieval*, in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada”, v. I, p. 75).

(221). — Aarão de Lacerda, *Para a história das artes plásticas em Portugal durante os séculos XII, XIII e XIV*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 567.

(222). — *Idem*, *Arte*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 643.

(223). — *História de Portugal*, p. 38.

(224). — *Op. cit.*; in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada”, v. I, p. 75; “Uma arte que aspira as alturas, desmaterializa as abóbadas, fragiliza os muros enchendo-os de vitrais e estiliza em elegância o naturalismo das formas; arte que tudo afina, alonga e subtiliza como o próprio espírito francês — não se coadunava com o espírito lusitano que eu já defini algures — forte, rude, crente e sem requinte” (*Idem, ibidem*, v. I, p. 75).

as soluções arquitetônicas do mosteiro de Alcobaça são as mais simples do gótico (225); o que se construiu depois do mosteiro de Alcobaça,

“é arcaizante, modesto e tímido” (226),

como é o caso da Sé de Évora,

“monumento onde o ogival aflora numa estrutura essencialmente românica” (227);

no próprio reinado de D. Denis, em que as artes se desenvolveram mais à vontade, favorecidas por ambiente de prosperidade econômica (228), foi

“num ogival simples, quando não no românico de transição” (229),

que os edifícios foram construídos; a escultura tumular do século XIII também foi uma

“arte arcáica” (230),

entrando, por exemplo, o túmulo de D. Brites, mulher de Afonso III,

“na série das produções artísticas de retardatários escultores” (231).

Não surpreende assim a opinião de Reinaldo dos Santos, quando diz que

---

(225). — Aarão de Lacerda, *Para a história das artes plásticas em Portugal durante os séculos XII, XIII e XIV*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 567.

(226). — *Idem, ibidem*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 572.

(227). — *Idem, ibidem*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 572.

(228). — *Idem, ibidem*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 573.

(229). — *Idem, ibidem*, in “Congresso do Mundo Português”, v. II, p. 573.

(230). — Vergílio Correia, *A escultura em Portugal — O século XII — O século XIII*, in “Biblos”, Coimbra, 1929, n.ºs 9 e 10. P. 535.

(231). — Aarão de Lacerda, *op. cit., loc. cit.*, v. II, 571; “A obra dos nossos lavrantes caracterizou-se, no geral, neste século de transição, por uma técnica senão bárbara, retardatária ou de pertinaz arreigamento às tradições românicas” (*Idem, ibidem*, v. II, p. 570-1).

“Portugal falou sempre rudemente românico, nas letras como nas pedras” (232),

e que por isso

“a própria Batalha, monumento planeado e de início dirigido por um mestre português Afonso Domingues, tem no plano, proporções, cabeceira sem charola (à românico), abóbada de ogiva rudimentar e telhados em terraço, como em Évora, particularidades e arcaísmos cheios de sabor nacional” (233).

Não acompanhou, dessa forma, a arte portuguesa o mesmo ritmo de evolução da arte europeia. Continuou românica aquela, enquanto esta já era gótica (234). Erigiu-se, por consequência, numa arte anacrônica ou arcaica. Mas o anacronismo artístico português é de fácil explicação: de um lado temos a Europa, isto é, o urbanismo e, com ele, o gótico; do outro lado temos Portugal, isto é, o agrarismo e, com ele, o românico. Como também não é de difícil explicação, por ser arcaica, a incontestável inferioridade da arte portuguesa em relação à arte dos demais países da Europa medieval (235).

Compreende-se enfim porque, se estabelecermos um paralelo entre a evolução da pedagogia e a evolução da arte na Idade Média, che-

---

(232). — *Op. cit.*, in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada”, v. I, p. 75.

(233). — *Idem, ibidem*, v. II, p. 75-6; “D’autre part, il senble bien que les diverses parties dont se compose aujourd’hui cette basilique de Batalha ne constituent pas un tout homogène, conçu dans son entier dès l’origine avec le plan quelque peu étrange qu’elle a fini par avoir: aussi bien dans leur conception première que dans leur réalisation architecturale, elles paraissent dater d’époques différentes” (E. Lambert, *L’église du monastère dominicain de Batalha et l’architecture cistercienne*, in “Mélanges d’Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949, p. 244.

(234). — “... o românico continua de tal modo entranhado no gosto e na tradição nacionais que o século XIII, o século das grandes catedrais góticas, não só em França como na própria Espanha, é ainda entre nós um século de românico” (Reinaldo dos Santos, *op. cit.*, in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada”, v. I, p. 75).

(235). — É com as seguintes palavras que Hípólito Raposo, citado por Aarão de Lacerda (*Arte*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 630-1), inteligentemente explica a inferioridade da arte portuguesa em relação à espanhola: “O dispersivo da vida em Portugal, a falta de riqueza e teremos surpreendido o segredo das razões que levam, em exclamações de desânimo, certos compatriotas nossos a lamentar a inferioridade da nossa arte em relação à espanhola. Lá, muitas e populosas cidades, riqueza acumulada, grandes senhores territoriais; entre nós, numerosíssimas vilas de pequena população, divisionismo de propriedade e, relativamente mesmo, pequenos domínios e jurisdições senhoriais. Numa palavra, urbanismo de um lado, ruralismo do outro”.

garemos à conclusão que o nascimento das Universidades européias foi um fato pedagógico que encontrou no gótico o seu correspondente artístico. Essa correspondência, no entanto, não tem validade em Portugal: o correspondente artístico da Universidade fundada por D. Denis não foi o gótico, e sim, o românico.

\* \*

\*

Também, no campo literário a cultura medieval portuguesa — tendo, em vista, particularmente, a época anterior ao nascimento da Universidade — se apresentava anacrônica em relação à Europa. E múltiplos eram os aspectos do anacronismo literário português. A própria falta de sincronia entre a evolução do panorama literário europeu e a do português era um deles. De fato, o século XII na Europa, especialmente, na França, aparece como a idade, por excelência, da poesia lírica provençal e do romance de cavalaria (236). Essa literatura, visto que o século XII recolheu aquilo que o século XI semeou (237), pode ser classificada de aristocrática ou feudal. No século XIII, porém, a literatura aristocrática, quer representada pelo lirismo provençal quer representada pelo romance de cavalaria, já estava em plena decadência (238). Para suplantá-la a decadente literatura aristocrática nasce a literatura burguesa (239) que, naquele mesmo século, na França por exemplo, conheceu

“seu período de grande e vigorosa floração” (240).

---

(236). — Cf. Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 196; Calmette, *L'Élaboration du Monde Moderne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1949, 3a. ed., p. 343, Nordström, *op. cit.*, p. 119.

(237). — Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 196.

(238). — *Idem, ibidem*, p. 308, 325.

(239). — “Il semble que le lyrisme, apanage de la noblesse ou du poète de cour qui vit chez les grands ou les petits barons féodaux, soit déchu d'un degré. A vrai dire, il suit le déplacement de la richesse. Les foires de Champagne, l'industrie drapière d'Arras, le commerce parisien, le commerce d'Orient, ont créé une classe bourgeoise qui, enrichie, sait bien que ce n'est pas l'accumulation de la richesse, mais la dépense, l'apparat et la libéralité, qui donnent la considération dans le monde. C'est l'avarice qui fait le vilain, et puisque la générosité est cette vertu d'Alexandre que chantent à l'envi les poètes, et puisque les grands en ont à leur service, pour leur faire la cour, célébrer leurs mérites ou leurs vertus, ils entretiendront eux aussi des trouvères et des jongleurs, les attireront dans leurs cités, se mêleront à leurs confréries et à leurs jeux, et, plus familiers ou moins haut placés, accepteront même leurs brocards” (*Idem, ibidem*, p. 301).

(240). — Nordström, *op. cit.*, p. 121.



Vejamos agora a evolução da literatura portuguesa no aspecto mais específico do seu anacronismo.

Em Portugal, a evolução literária foi, tão tardia, quanto a sua evolução histórica (241), sendo compreensível, assim, que dificilmente, se possa falar de uma literatura portuguesa antes de 1200 (242). No que se refere ao lirismo provençal não padece dúvida com relação ao seu arcaísmo. Antônio Sérgio em seu pequeno, porém, sinteticamente bem elaborado livro *História de Portugal*, afirma que Afonso III e seus companheiros não apenas tornaram acessível aos portugueses a civilização francesa, como também

“introduziram a literatura de estilo provençal” (243).

Raciocinando rigorosamente em termos históricos, não se pode afirmar que Afonso III tenha sido o introdutor do lirismo provençal em Portugal, pois esse tipo de poesia já existia, no país, antes da famosa viagem de regresso do Bolonhês. Talvez o ilustre intelectual português mais tenha querido dizer que no tempo de Afonso III deuse o apogeu do lirismo provençal, quando os trovadores portugueses

“se afeiçoaram a certas formas já então antiquadas em França” (244).

Realmente, foi depois do regresso e da subida ao trono de Afonso III que o provençalismo — a primeira corrente literária portuguesa (245) —

“ganhou grande voga em Portugal” (246)

e conheceu o seu apogeu (247); e após a morte de D. Denis em 1324 entrou em decadência: ocasião em que

---

(241). — Calmette, *op. cit.*, p. 347.

(242). — Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 317.

(243). — *Op. cit.*, p. 35.

(244). — Jeanroy, *Les Origines de la poesie Lyrique en France*, apud. J. Teixeira Rego, *op. cit.*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 575.

(245). — J. Teixeira Rego, *op. cit.*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 572.

(246). — Bell, *op. cit.*, p. 47.

(247). — “D. Carolina Michäelis, conjecturando pelo que se dá no *Cancioneiro da Ajuda*, considera como “a idade mais fértil da arte trovadoresca, ou pelo menos da canção palaciana de amor, a idade alfonsina de 1245 a 1280 (respectivamente de 1252 a 1284), e não os anos de 1280 a 1350 (respectivamente 1325). Embora D. Denis seja de fato, individualmente, o mais fecundo

“a nossa poesia arrasta ainda uma vida obscura, até que se extingue em meados do século XIV” (248).

Dessa forma, pensando-se em termos comparativos, não é com dificuldade que se chega à conclusão de que, conhecendo o apogeu na segunda metade do século XIII e inícios do século XIV, o provençalismo português se apresentava, como um fato literário anacrônico em relação à Europa, onde aquela forma de poesia estava decadente, já no século XIII. Certamente a maneira pela qual as influências do trovadorismo europeu chegavam a Portugal foi a principal responsável por esse anacronismo: não era em Portugal que os portugueses entravam em contacto com a poesia trovadoresca, pois não há notícias

“de os trovadores provençais terem procurado abrigar-se na rude e pobre côrte dos primeiros reis de Portugal” (249),

não passando, portanto, de uma hipótese a estada dos poetas provençais Marcabru e Bonifácio, o Calvo (250); o

“conhecimento pleno, direto, da poesia provençal efetivar-se-ia, para os portugueses, fora do país, em Leão, sobretudo, depois de terem saído, para aquela côrte numerosos fidalgos, descontentes com a política cesarista de Afonso II” (251);

mas é interessante, no entanto, se observar que, quando o lirismo trovadoresco chega ao seu apogeu em Portugal, ele já estava decadente na própria Espanha (252).

No que se refere ao romance de cavalaria, também, se percebe o mesmo anacronismo. Contentamo-nos, apenas, em dizer que em Portugal é, no reinado de Afonso III ou no de seu filho D. Denis, que foram introduzidos os romances de cavalaria em prosa, a começar pela *Demanda do Santo Graal* (253). Mas na Europa o seu apare-

---

entre todos os trovadores de amor... a plêiade de fidalgos que o circunda, é muito menos numerosa e nem de longe possui o brilho, a originalidade, o viço e o fervor da que poetou em volta de Afonso III, e principalmente, junto ao Sábio de Castela” (J. Teixeira Rego, *op. cit.*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 579-80).

(248). — Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa — Época Medieval*, Coimbra, Coimbra Editôra Limitada, 1952, 3a. ed., p. 277.

(249). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 287.

(250). — Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 114.

(251). — *Idem, ibidem*, p. 114.

(252). — José Joaquim Nunes, *op. cit.*, in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada, v. I, p. 93.

(253). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 316.

cimento é bem anterior: na França, por exemplo, já no século XII, seus poetas e romancistas se aproveitavam da “matéria de Bretanha”, organizando-a em grandes narrativas e

“dando-lhe um significado humano adequão à vida cavaleiresca, cortesã e até religiosa da Cristandade” (254).

Enfim, localizado na periferia do mundo europeu, muito distanciado do foco original das influências literárias — e a tal ponto que não chegava ao país por si mesma, uma forma literária que era nômade, por excelência, como é o caso da poesia provençal — Portugal nunca esteve em condições, devido à ausência de suficiente contacto, de acompanhar, sincrõnicamente, a evolução literária da Europa. Surge daí o anacronismo, que estará sempre presente por todo o desenvolvimento da Idade Média portuguesa, prova evidente de que Portugal, no campo da cultura,

“só se desenvolve superiormente ao contacto das civilizações estrangeiras” (255).

Um outro aspecto do anacronismo era aquêlo que se manifestava também através do atraso literário de Portugal em relação à

---

(254). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 316.

(255). — Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 279. A seguinte anedota, passada por 1366, no tempo do monarca português D. Pedro I, revela-nos, significativamente, o referido anacronismo:

“Nas desavenças entre o rei D. Pedro de Castela e seu irmão D. Henrique, este mandou a Portugal um cavaleiro inglês, Mateus de Gournay, para demover, em seu proveito, a simpatia do rei. Foi bem agasalhado pelo nosso D. Pedro, que o fez assistir no paço a uma sessão de música jogralesca, a qual desagradou pela sua dissonância ao embaixador. O rei, então, com muitos gabos, mandou vir dois jograis de reserva, que lhe fariam certamente “deitar o coração pelos ouvidos:

“Entraram na sala com uma altivez que surpreendeu Gournay; pois, além de virem vestidos como príncipes, trazia cada um o seu servente com os instrumentos. O cavaleiro esperava qualquer coisa de muito raro; mas não pôde deixar de rir, quando êles começaram a tocar à maneira dos jograis, que, nas aldeias de França, andam pedindo pelas tabernas.

O rei quis saber as razões da sua mofa e ficou verdadeiramente espantado quando o cavaleiro lhe assegurou que aquêles instrumentos eram próprios dos cegos e pedintes, a quem se dava esmola, depois de tocarem duas ou três vèzes, como aquêles jograis que o rei tanto prezava.

D. Pedro ficou tão envergonhado que jurou não mais servir-se dêles; despediu-os no dia seguinte; não queria ter na sua côrte gente que o desonrava perante os estrangeiros, que o cobririam de ridículo, quando dissessem que o rei de Portugal não tinha maior prazer que ouvir jograis de viola, que são por tôda a parte da Europa tão vulgares e tão desprezados” — *Collection complète des Mémoires relatifs à l’Histoire de France*, Paris, 1824, t. IV, 381-382”, (Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 279-80).

Europa e que se caracterizava por flagrante inferioridade, tanto na poesia quanto na prosa. A poesia era de imitação dos modelos europeus, sobretudo franceses (256). Mas os poetas portugueses, pela inferioridade que imprimiram à imitação, pareciam não estar à altura dos seus modelos (257). E talvez, somente, num ponto, os portugueses tivessem levado vantagem sobre esses mesmos modelos, isto é,

“na sinceridade dos sentimentos e na ingenuidade com que os expõem” (258): mas “de que vale isso — pergunta a ilustre filóloga Carolina Michäelis — se esses sentimentos são sempre os mesmos, de uma delicadeza e mesura tão perfeita que chega a desesperar? De que vale, se não souberam ataviar as verdades de modo tão gentil como os provençais as suas mentiras graciosas?” (259).

Pobre era o seu conteúdo, — referimo-nos às cantigas de amor e de amigo —, tendo a caracterizá-lo: a simplicidade (260), a monio-

---

(256). — Bell, *op. cit.*, p. 48; “Não se imagina, porém, que essa imitação é inteiramente servil, sendo a nossa poesia um decalco apenas do provençal. Nada disso. Além da sua forma mais simples, sem os adornos e atavios que esta geralmente ostenta, a nossa cantiga de amor, em que essa imitação mais se revela, apresenta frequentemente uma feição que se me afigura própria e a separa da estranha, é o refram ou estribilho que a acompanha e esta desconhece”. (José Joaquim Nunes, *op. cit.*, in “História da Literatura Portuguesa Ilustrada”, v. I, p. 94).

(257). — “Não tinha, na verdade, o nosso lirismo provençal, para seduzi-lo, nem a complicada técnica do seu modelo, nem a variedade de temas, a riqueza de observação e de reflexão, o próprio interêsse episódico da vida exterior — paisagem, ação, retratos, aspectos de vivência e de convivência” (Hernani Cidade, *Conceito de Poesia como Expressão da Cultura*, Coimbra, Américo Amado — Editor, 1945, p. 39).

(258). — Carolina Michäelis, *Cancioneiro da Ajuda*, Halle, Max Niemeyer, 1904, v. II, p. 683.

(259). — *Idem, ibidem*, v. II, p. 683.

(260). — A poesia provençal faz largamente uso da imaginação no embelezamento da forma, mas a “poesia medieval portuguêsã quase desconhece a imagem e a composição. Além de “lume destes olhos meus”, formosa “como rubim” entre as pedras, quase nada mais se topa que revele finura de sentimento de arte. A linguagem é direta, e por tal forma, que se nos afigura não serem as aves, árvores, ondas do mar ou do rio, que intervêm nas “cantigas de amigo”, “elementos ornamentais”, senão seres amigos para quem se apela, com quem se convive, em primitivo estado de graça lírica” (Hernani Cidade, *op. cit.*, p. 47-8); “Quelque profondes que soient ces marques (refere-se à marca do gênio dos trovadores), la poésie portugaise n'en respire pas moins une simplicité et une naïveté tantôt tendres, tantôt rustres, qui révèlent des traits psychologiques propres au peuple lusitanien”. (Istvan Frank, *Les Troubadours et le Portugal*, in “Mélanges d'Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil”, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949, p. 216).

tonia (261), a homogeneidade (262) e a ingenuidade (263). Pobre também era a sua forma, quer linguística (264) quer poética propriamente dita (265). E a poesia satírica — cantigas de escárneo — mais frequentemente era uma invectiva pessoal (266), e a tal ponto, que Rodrigues Lapa chega mesmo a identificá-la a uma cloaca moral

---

(261). — “A emoção não se pulveriza em cintilações de forma artística; sempre uno, o turbilhão emocional permanece até ao fim substancialmente o mesmo, com uma ou outra modificação levíssima de forma. Isto dá à cantiga d’amor um cunho de obsessão, de monotonia pungente, que resultaria fastidiosa se fôsse desenrolada em mais de três ou quatro estrofes. Talvez por isso mesmo os trovadores limitassem a este número a repartição estrófica das cantigas” (Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 122-3).

(262). — “Salvo exceções raríssimas, há nela (refere-se à grande massa dos Cancioneiros), tanta homogeneidade, como em qualquer outra forma contemporânea do convívio social — indumentária ou cerimônias de salão. Diferenças, as de maior ou menor domínio da técnica; excepcionalíssimas as que denunciam personalidade mais vincada ou de maior riqueza interior, determinando original maneira de ser ou atitude com reflexo na expressão poética. O individualismo medieval era quase exclusivamente o da fôrça física, o do poder material, sobretudo nos países de menor cultura” (Hernani Cidade, *op. cit.*, p. 41).

(263). — “Raramente os autores excedem os limites desta arte de galanteria universalizando os seus temas amorosos ou filosofando sôbre êles” (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 290).

(264). — “Já foi notado por Carolina Michâelis que o vocabulário dos cantares de amor é impressionantemente pobre. Em 10.391 versos que constituem o *Cancioneiro da Ajuda* encontrou aquela investigadora menos de 1.200 palavras, excluindo pronomes e partículas. Igualmente pobre é o vocabulário da Demanda do Santo Graal.

Faltam principalmente os nomes de objetos materiais e de qualidade físicas: côres, feitos, instrumentos, partes do corpo, peças de vestuário, mobiliário, ambientes, etc.

Para elogiar uma mulher, por exemplo, os poetas contentam-se com certo número de generalidades imprecisas, quase sempre meras convenções muito gastas. Os seus retratos são inteiramente desprovidos de pormenor e não deixam no leitor imagem alguma” (*Idem, ibidem*, v. I, p. 340).

(265). — “La simplicité est également le caractère principal de la forme poétique portugaise. Sans entrer dans le détail de sa versification, je dirai brièvement qu’elle est basée, comme celle des troubadours, sur les comptes des syllabes et l’emploi de la rime et qu’elle est strophique. À la différence des poésies provençales, le nombre ds couplets ne dépasse presque jamais trois ou quatre. Si la diversité est le principe fondamental chez les troubadours, leurs disciples lusitaniens s’en tiennent avec des exceptions très peu nombreuses, à deux types de strophes: voilà à quoi se trouve réduite cette incomparable richesse des formes qui fut des troubadours les maîtres de la composition médiévale. Les poètes péninsulaires n’étaient pas doués d’une telle imagination esthétique créatrice de formes; à peine ont-ils adopté quelques traits accessoires, comme la rime équivoque et dérivée, le mot-refrain et certaines manières d’enchaîner les strophes” (Istvan Frank, *op. cit.*, in “Mélanges d’Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil”, p. 216-7).

(266). — Istvan Frank, *op. cit.*, in “Mélanges d’Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil”, p. 216.

(267): temas políticos e morais eram raros (268); excepcional a sátira que se alteava em espírito filosófico (269); e só

“por singular excepção nesta vastíssima produção satírica algum autor se eleva da troça pessoal e uma reflexão e comentário sôbre os acontecimentos, a uma afirmação política, religiosa ou moral, a sublinhar um acontecimento histórico” (270).

Por fim temos a prosa: ainda no século XIII caracterizava-se pela sua penúria (271); era uma prosa um tanto ou quanto bárbara (272); e, muito embora, não se possa chegar ao exagero do hispanista Baist — que nega aos portugueses dos fins do século XIII capacidade de compor a prosa (273) — deve-se convir que alguns

“dos textos que se guardam ainda inéditos na Livraria Alcobacense representam, não há dúvida, uma fase lingüística atrasada” (274).

Completemos o estudo sobre o anacronismo literário português na Idade Média. Seu último aspecto refere-se a não existência, na literatura portuguesa, de certos generos que foram característicos da literatura européia. Um deles relaciona-se com a prosa épica, cujos

---

(267). — E a propósito, assim se manifesta Costa Pimpão: “A sátira, a sátira pessoal, oscilando entre o “escárneo” e o “mal-dizer” — freqüentemente procaz e sórdida, mas também simplismente humorística — está largamente representada no Cancioneiro português. Quem quiser saber o número aproximado das composições que nos restam desta espécie, desconte no total das composições do CBN a sôna de cantigas de amor e de amigo que já sabemos aí existirem. Muitos dos que ainda agora víamos suspirando e morrendo de amor por sua dona, ou interpretando feminilmente, dorosos padecimentos do coração, são os mesmos que, postas de banda as leis de cortesia, a que pareciam vinculados de raiz, se entregam a manifestações rimadas da mais abjecta e escandalosa animalidade” (*História da Literatura Portuguesa séculos XII a XV*), Coimbra, Edição Quadrante Ltda., 1947, v. I, p. 113-4).

(268). — Istvan Frank, *op. cit.*, in “Mélanges d’Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil”, p. 216.

(269). — Hernani Cidade, *op. cit.*, p. 51.

(270). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 309.

(271). — Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 250.

(272). — José Joaquim Nunes, *Cantigas d’Amigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, v. I, p. 158.

(273). — “O primeiro destes romanistas (refere-se a Baist), é tão dogmático, que comete a grave impertinência de declarar que os portugueses cultivavam nesse tempo o lirismo e, quando queriam escrever prosa literária, limitavam-se a traduzir do castelhano; conceito absurdo, que equívale a afirmar que nós não teríamos prosa original no século XIII” (Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 206).

(274). — *Idem, ibidem*, p. 251.

vestígios não se tem encontrado em território português (275), havendo mesmo motivo

“que poderia levar a pensar numa esterilidade congênita nacional neste domínio literário” (276).

E é tanto mais estranhável a ausência da épica na literatura medieval portuguesa, quanto se sabe que esse genero existiu na Espanha, girando em torno de um acontecimento que era comum a Portugal, ou seja, a Reconquista. E não só existiu na Espanha como também, o que não aconteceu na França, por exemplo, onde a epopéia entrava em decadência no século XIII, prolongou-se por toda a Idade Média — não se esgotando até que, com a expulsão dos mouros de Granada, a nação espanhola, definitivamente, se constitua (277) —, já que

“a luta contra os árabes, permanente, mantinha aceso o espírito guerreiro e os valores culturais que se constroem sobre a guerra e o saque” (278).

Como explicar então a não ocorrência da epopéia em Portugal, sabendo-se

“que a classe guerreira, em luta com os árabes era uma só na Península, tinha, aproximadamente, o mesmo nível de cultura, e atrás de si a mesma tradição visigótica”? (279).

---

(275). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 146.

(276). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 146. E com as seguintes palavras que Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 146-7 expõe o referido motivo:

“Existiu e divulgou-se na Espanha uma epopéia de assunto português, que trata nada menos da fundação do mosteiro de Alcobaça. Este poema, cujo texto se perdeu, conhece-se apenas numa prosificação, donde Menéndez Pidal foi desenterrar o cantar primitivo. Mas tendo embora assunto português, é evidente que não foi escrito nem imaginado em Portugal, porque as circunstâncias maravilhosas em que envolve a fundação do mosteiro, a época que lhe atribui (dois séculos antes da verdadeira), o mundo em que a situa — o mundo peninsular muito anterior à fundação de Portugal — mostram, sem lugar para dúvidas, que o jogral só não desconhecia completamente as circunstâncias históricas da fundação do mosteiro, mas até a lenda com que em Portugal era referido o mesmo acontecimento.

O autor dêste cantar de gesta terá sido portanto um jogral leonês que viajou em Portugal e se dirigiu ao público português. A fundação de Alcobaça não era, efetivamente, assunto que pudesse interessar um castelhano”.

(277). — Menéndez Pidal, *La epopea castellana através de la literatura*, 1945, p. 157, apud Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 143.

(278). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 142.

(279). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 147.

A hipótese, segundo a qual a península Ibérica na Idade Média era um todo cultural, mas que tinha duas línguas gerais, o galego-português para a poesia lírica e o castelhano para a poesia épica — e que por si só resolveria o problema — (280), parece não confirmar-se: em primeiro lugar, porque foi demonstrada a existência de uma primitiva lírica popular castelhana, evidenciando com isso que os jograis líricos não falavam, exclusivamente, a língua falego-portuguesa (281); em segundo lugar, dificilmente se pode aceitar que os jograis épicos falassem unicamente o castelhano, pois

“o português e o castelhano estavam já nesta época bastante diferenciados para que os jograis populares castelhanos se pudessem fazer ouvir cômodamente do público vilão, que estava habituado à joglaria local na sua própria língua” (282).

Teria existido a epopéia em Portugal na Idade Média e os seus vestígios ainda não foram procurados ou encontrados? E' possível. Em todo caso, no momento, atendo-nos ao estado atual dos estudos sobre o assunto, podemos concluir, juntamente com Calmette, que a epopéia,

“nascida do grande esforço marítimo que abre seus verdadeiros caminhos ao gênio português, não despontará senão uma vez ultrapassados os limites cronológicos da Idade Média, pois o ilustre Camões sòmente nascerá no século XVI” (283).

O outro “genero” que também esteve ausente da evolução literária portuguesa na Idade Média — embora presente na espanhola — foi a chamada literatura burguesa. Na Europa, foi no século XIII, como já tivemos oportunidade de salientar, que a literatura burguesa foi se afirmando, ao mesmo tempo que entrava em decadência a literatura aristocrática. Novos fatores de ordem sócio-econômica — economia monetária e burguesia —, responsáveis pela passagem do agrarismo para o urbanismo, condicionaram o aparecimento e a supremacia da literatura burguesa. Era uma literatura eminentemen-

---

(280). — “Por outras palavras: em tôda a Península o lirismo falaria em galego-português; a epopéia falaria em castelhano. A poesia épica teria, assim, sido conhecida do público português, cantada em castelhano, e a poesia lírica (de que escasseiam vestígios em Castela anteriores ao século XIV) teria analogamente sido conhecida do público castelhano cantada em galego-português” (*Idem, ibidem*, v. I, p. 147).

(281). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 147.

(282). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 147.

(283). — *Op. cit.*, p. 347.



te urbana, pois se manifestava nas cidades e para atender às necessidades de uma nova classe, a burguesia. Mas em Portugal, já vimos, os fatores condicionantes de uma literatura do tipo burguês ou urbana não existiram: explica-se assim porque, citando textualmente Saraiva, o

“que sabemos do pequeno reino português não chega para nos autorizar a falar de uma joglaria urbana, tanto mais que faltam por completo outros indícios de uma literatura burguesa em Portugal antes de Fernão Lopes” (284).

Existiu, logicamente, além da literatura cortesã, ou aristocrática, uma literatura popular em Portugal. Mas essa literatura popular de maneira alguma se aproximava do tipo de literatura burguesa ou urbana. Aproximava-se sim, até se confundir com ele, de um tipo de literatura rural ou agrária: raras eram as referências à “vila” (285); um ruralismo patriarcal, bíblico, envolvia

“constantemente as saudades ou os devaneios dos namorados dos cantares de amigo” (286);

em certos cantares de amigo, o ambiente, os temas, as condições dos protagonistas

“determinam de maneira inequívoca o meio em que se moviam e para que cantavam os jograis populares: os proprietários livres dos concelhos rurais, e atrás deles os respectivos dependentes” (287).

Tudo isso a dar razão a Antônio Sardinha, quando disse que

“a musa galáico-lusitana supõe o brando bucolismo de uma rêde miuda de confrarias e de mancomunidades agrárias” (288).

---

(284). — *Op. cit.*, v. I, p. 201.

(285). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 169.

(286). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 169.

(287). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 171; “Não faltam no nosso lirismo arcaico elementos que nos permitam definir, com relativa precisão, o ambiente em que êle primitivamente floresceu. Alguns cantares de amigo, paralelísticos, inculcam um meio rural caracteristicamente vilão” (Rodrigues Lapa), *Das Origens da poesia lírica em Portugal na Idade-Média*, Lisboa, Edição do Autor, 1929, p. 241-2.

(288). — *Nação Portuguesa*, 1925, p. 133, apud Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 239.

Não podemos deixar assim de concluir que a literatura medieval portuguesa, por não ter conhecido uma forma nova de inspiração literária, isto é, a urbana, e por ter persistentemente se arraigado a uma forma arcaica, isto é, a agrária, não acompanhou o mesmo ritmo de evolução da literatura européia. Acrescente-se, dessa forma, ao anacronismo artístico, o anacronismo literário. Resta-nos estudar a vida escolar anterior, ao nascimento da Universidade portuguesa, a fim de ver se a eles se poderá acrescentar também um anacronismo pedagógico.

\* \*  
\*

Completemos o estudo que vimos realizando a respeito das condições culturais de Portugal antes do aparecimento da Universidade, analisando a sua realidade pedagógica. Mais uma vez, a exemplo de como procedemos no caso da arte e da literatura, somos obrigados a fazer um estudo de caráter comparativo entre a realidade pedagógica européia e a realidade portuguesa. Através dele pretendemos demonstrar, não só que Portugal, também, no campo pedagógico revelava-se anacrônico, com relação à Europa, como ainda, em razão de mais esse aspecto do seu anacronismo cultural, não reunia as condições desejáveis para o nascimento da sua Universidade. Vejamos em primeiro lugar a Europa.

Anteriormente ao nascimento das Universidades européias, o ensino medieval conheceu o monopólio de dois tipos de escolas: a monástica e a episcopal. Cada um desses dois tipos teve a sua época de preponderância. Assim é que a escola monástica preponderou até o século XI, sobretudo na chamada "Idade Beneditina" (IX-XI), quando então, como já tivemos oportunidade de afirmar, a educação européia esteve, principalmente, nas mãos dos monges. E uma série de razões comprovam a referida supremacia monástica: a primeira renascença da cultura antiga, ou seja, a renascença carolíngia

"se fêz, no século IX, sob a direção pedagógica de Alcuino, nas e pelas escolas dos mosteiros, que foram então não apenas o refúgio dos textos antigos cristãos e pagãos, mas a alma do movimento intelectual que abria ao Ocidente as fontes da civilização" (289);

quase todas as escolas que possuíam mais do que uma importância, puramente, local eram monásticas (290); todos os eclesiásticos escla-

---

(289). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 40.

(290). — Rashdall, *op. cit.*, v. I, p. 29.

recidos do tempo foram educados nos mosteiros, e a maioria deles era constituída de monges (291); era nos mosteiros que as escolas episcopais recrutavam os seus professores (292); e desde o começo do século IX todos os mais famosos mosteiros possuíam duas escolas distintas, a *schola interior claustris*, reservada aos monges e a *schola exterior*, aberta aos seculares (293); e dessas escolas externas as mais conhecidas foram dos mosteiros de Fulda, São Gall e Bec (294). Supremacia até aqui, portanto, da escola monástica.

No entanto, a partir do começo do século XII, a supremacia pedagógica, até então, em poder da escola monástica vai se transferindo para a escola episcopal. Assistimos assim à decadência da escola monástica e à ascensão da escola episcopal. Essa mudança no quadro pedagógico talvez não passasse de um reflexo da mudança que se operou num quadro mais vasto: as condições sócio-econômicas da Europa ocidental conheceram profundas transformações. De uma economia, essencialmente, agrária e fechada e que caracterizava uma sociedade puramente feudal, começamos a nos encaminhar — com o renascimento do comércio e com o renascimento das cidades — para uma economia cada vez mais monetária e aberta e para uma socie-

---

(291). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 29.

(292). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 29. "The greatest service to general education which the monks rendered was that of supplying learned monks who, as bishops, were competent to teach the young clerks of their household" (Margaret Deanesly, *Medieval Schools to c. 1300*, in "Cambridge Medieval History", v. V, p. 772).

(293). — De Wulf, *op. cit.*, v. I, p. 57. Mas há controvérsias em torno dessa questão, como se pode depreender da seguinte passagem de Adamson, *Enseñanza*, in *El Legado de la Edad Media*, p. 326-7: "Un eco de la dura lucha entre "regulares" y "seculares" de la época benedictina (siglos IX al XII) resuena todavía en la disputa respecto a la enseñanza religiosa en general. Algunos aseguran que solamente los monjes educaban a los laicos, y otros, que la instrucción monástica se limitaba a enseñar a los novicios la Regla, es decir, la constitución de la Orden monástica. Se reconoce por todos que durante este período los grandes establecimientos benedictinos eran centros de enseñanza que proporcionaban hogar a los eruditos transcribían e intercambiaban libros y poseían biblioteca. Es difícil hacer generalizaciones (sobre la participación que estos monjes tuvieron en la instrucción laica) que puedan aplicarse a todo el período citado, ya que las circunstancias eran mui diferentes con el tiempo e con el lugar. Pero, por lo menos, el que hubiese escuelas separadas para *interni* y *externi* indica que la enseñanza no se limitaba a la Regla, aunque sí se ocupaba, y hay documentos que demuestran que había individuos educados en los conventos que no se hicieron monjes al terminar su instrucción".

(294). — Deanesly, *op. cit.*, in "Cambridge Medieval History", v. V, p. 778.

dade cada vez mais urbana (295). Adequando-se àquelas transformações, os centros culturais irão sofrer verdadeiros deslocamentos geográficos e

“será fácil observar a transferência das escolas e do seu aparato, dos mosteiros para os centros urbanos: sua prosperidade acompanhará a prosperidade da ‘comuna’” (296).

Mas a adequação não se processou, apenas, no aspecto corporal da transformação espiritual, e sim, também, no seu aspecto mais íntimo, na sua própria alma:

“abrindo-se às classes novas, escola e cultura vão mudar de espírito, em se mudando de população. Espírito de insatisfeita e audaciosa curiosidade, inclusive no domínio das disciplinas sagradas, malgrado a resistência das reformas monásticas; espírito de independência, que abre ao estudante, que a regra de obediência não prende mais, as escolas do mestre da sua escolha, e o incita à liberdade das opiniões, ao mesmo tempo, que às turbulências da rua; espírito secular, senão laico — porque tôda essa gente são, evidentemente, “clérigos” — que deixa livre curso aos seus gostos literários e liberta a sua procura científica de uma tutela religiosa indiscreta; espírito de concorrência e de associação ao mesmo tempo, porque os mestres estarão sujeitos às rivalidades, aos ciúmes, às discussões apaixonadas na praça pública, ao mesmo tempo que eles sentirão pouco a pouco a necessidade de se entenderem para conservar seus direitos e privilégios, inclusive contra os “burgueses” dos quais eles emanam. Decididamente saímos do mosteiro. A escola “episcopal” reflete, na sua organização e no seu labor,

---

(295). — “Mais voici que l’horizon s’élargit et que les cadres se rompent. La reprise du trafic méditerranéen, l’essor du commerce continental, le défrichement intensif des terres, l’accroissement rapide de la population, les nouvelles techniques des artisans, la spécialisation du travail, modifient rapidement l’économie des campagnes et des villes. On déserte en masse les domaines du seigneur, chevalier ou abbé, pour former des agglomérations urbaines, où une élite va conquérir, doucement ou violemment, les “franchises” nécessaires à son travail, à sa richesse, à sa liberté, à sa culture. Après avoir gémi sur le malheur des temps, sur l’indiscipline et le manque de respect des jeunes générations, après avoir essayé de la manière forte, la majorité des autorités traditionnelles comprennent qu’il est de leur propre intérêt de venir à composition et de faire les concessions opportunes à une transformation sociale que s’annonce profonde et durable” (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 19-20).

(296). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 20.

tôdas as características da “comuna”. Ela é pròpriamente a criação do século XII e da nova sociedade” ((297).

O que se deve inferir, à vista do exposto, é que as escolas monásticas não puderam adaptar-se ao novo mundo que surgia com o século XII (298). E a inadaptação dessas escolas pode ser observada através de aspectos os mais variados, como por exemplo:

1.º). — as escolas monásticas tornaram-se cada vez menos frequentadas (299);

(297). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 20-1. É bem verdade que certos autores como por exemplo L. Maître e De Wulf assim, e respectivamente, se pronunciam: “S’il fallait assigner une cause nouvelle à cette seconde renaissance -refere-se ao Renascimento do século XII- nous pourrions signaler le grand épanouissement des ordres religieux. Il est indubitable que la rivalité qui s’établit entre les nouvelles communautés et les anciennes éveilla l’émulation et donna une forte impulsion aux études. Les supérieurs faisant plus que jamais la guerre aux religieux ignorants, chacun redoubla de zèle et d’ardeur pour la science” (L. Maître, *Les écoles épiscopales et monastiques en Occident avant les Universités*, Paris, 1924, 2a. ed., p. 94, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 21 in nota), “... et le XIIe siècle, qui est l’âge d’or du monachisme est aussi l’âge d’or des écoles” (De Wulf, *op. cit.*, v. I, p. 56). Comentando a observação de L. Maître, Paré Brunet, Tremblay afirmam que ela é “vague et inconsistante, hors de sens historique” (*op. cit.*, p. 21, in nota). E autores como Rashdall (*The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 43, *The Medieval Universities*, in “Cambridge Medieval History”, v. VI, p. 559), Irsay (*op. cit.*, v. I, p. 43), Halphen (*Les Universités au XIIIe siècle*, in *Atravers l’Histoire du Moyen Age*, p. 300), Deanesly (*op. cit.*, in “Cambridge Medieval History”, v. V, p. 773), também confirmam a transferência da supremacia pedagógica para a escola episcopal e ainda a própria decadência da escola monástica.

298). — “Toujours est-il que, par delà leur intemporalité religieuse et leur valeur permanente, ces institutions ne retrouvent pas toujours, particulièrement dans le domaine intellectuel, les communions spirituelles et les sympathies sociales qui donnent à leur action, et même à leur propre épanouissement, cette euphorie délectable et féconde des siècles passés. L’institution monastique et ses écoles, au XIIe siècle, perdit le contact avec les temps nouveaux; l’esprit d’initiative et le sens du progrès passèrent en d’autres mains; sa science, communément du moins, ne fut plus qu’érudition conservatrice, bientôt ennemie des “nouveautés” dangereuses” (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 39).

(299). — “De cette inadaptation, nous avons le plus clair symptôme dans l’auditoire même des écoles monastiques: les jeunes générations, les classes nouvelles de la société ne les fréquentent plus, et n’ont plus de raison de les fréquenter”, pois “passé le XIe siècle, les transformations de l’économie et de la société avaient inéluctablement détourné le courant des clientèles avides de culture. La formation des villes avait abouti à l’émancipation des communes, dont les élites trouvaient sur place satisfaction à leur appétit. Les monastères furent abandonnés à leur isolement rural” (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 39-40). “Aussi les écoles monastiques se vident-elles peu à peu, dans le cours du XIIe siècle, au profit des écoles de séculiers, qui deviennent les vraies écoles publiques, et, parmi elles, les écoles cathédrales ou épiscopales sont bientôt les seules qui comptent” (Halphen, *Les Universités au XIIIe siècle*, *op. cit.*, p. 300).

2.º). — passou a haver oposição entre a vida monástica e a nova vida intelectual: as ciências e as letras não só tendiam para a secularização, como também para a obtenção da sua autonomia fora da “escola do serviço divino”, que era o mosteiro; os reformadores religiosos começaram a considerar deslocadas nas suas escolas claudrais as artes liberais, a poesia, o direito, a medicina (300); a amplidão crescente da vida litúrgica restringiu o tempo de estudo do monge e a escola monástica, fechando-se à curiosidade do mundo exterior, transformou-se numa escola privada, isto é, “interna” (301); a ordem de Cister, por exemplo — que, por princípio, procurava a solidão, a humildade e a penitência longe das cidades — ao lado do ofício divino, apenas permitiu o trabalho manual, única atividade legítima segundo a Regra, proibindo o ensino (existirá a escola apenas para o monge), e excluindo o estudo propriamente dito do seu programa de atividades (302); recomendações severas de ordem moral, a respeito do estudo, foram dadas aos monges, exprimindo elas viva reação contra a nova intelectualidade que ultrapassava e ameaçava as antigas fórmulas, e ao mesmo tempo — qual verdadeiro tema comum — insistindo que o ofício dos monges não era o de ensinar (303) e sim, o de pregar e implorar a graça divina (304); certos reformadores, indo

---

(300). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 40.

(301). — *Idem, ibidem*, p. 40-1.

(302). — *Idem, ibidem*, p. 41. — “... de l’institution cistercienne, la “renaissance” -refere-se à do século XII- n’a rien à attendre, et, parmi ses sept arts, le plus digne est pour Citeaux le plus dangereux: la dialectique, parce qu’elle prend l’esprit plus profondément que les autres. C’est là tout saint Bernard, dressé contre Abélard. C’est aussi tout son terrible sermon *ad clericos*, entendez: aux étudiants des écoles de Paris” (*idem, ibidem*, p. 42).

(303). — *Idem, ibidem*, p. 42-3.

(304). — Halphen, *Les Universités au XIIIe siècle, op. cit.*, p. 300.

Destaquemos algumas das referidas recomendações: Roscelino escrevia a Abelardo nos seguintes termos: “Não cessas de ensinar coisas que é proibido ensinar, tu que não deverias ensinar mesmo o que é matéria de ensino” (*Epist. Roscelini ad Abaelardum*, P. L., 178, 370, apud Halphen, *op. cit.*, p. 300); Hugo de São Vitor assim se expressava sobre a proibição dos monges frequentarem as escolas públicas: “Se és monge, que fazes no meio da multidão? Quero instruir os outros, dizes tu. Esse não é teu ofício; teu ofício é chorar. Fugindo do mundo tu te instrues (e não tu o instrues como traduziu Halphen, *op. cit.*, p. 300) mais do que procurando-o. Mas, perguntarás talvez, não me é permitido lá ir para estudar? Já te disse, que a leitura não saberia ocupar-te continuamente. Ela pode ser para ti um exercício; ela não pode ser o fim” (*Didascalion*, liv. V, c. 8; P. L., 176, 796, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 43); alegando os mesmos motivos, Alexandre III, por ocasião do concílio de Tours em 1163, proibia aos monges ensinarem medicina e direito (“... Ne sub occasione scientiae spirituales viri mundanis rursus actionibus involvantur et in interioribus ex eo ipso deficiant, ex quo se aliis putant in exterioribus providere”, in Denfle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, I, p. 3, nº 1, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 43).

mais longe ainda na sua reação contra as escolas, consideradas destruidoras da disciplina monástica, chegaram mesmo a se opor às escolas dos oblatos no interior dos mosteiros (305);

3.º). — inferioridade da escola monástica com relação à escola episcopal, no que se refere aos instrumentos do trabalho pedagógico: as bibliotecas dos mosteiros, criadas e desenvolvidas, na época do apogeu das escolas monásticas, ressentiam-se do torpor do ensino que passou a caracterizar essas escolas e não procuravam munir-se, devidamente, das “novidades” da produção literária (306), enquanto que nas escolas episcopais havia uma ativa preocupação, tanto com o uso do livro, quando com a posse das obras recentes (307); a escrita — apesar de ser uma arte de natureza, extraordinariamente, conservadora (308), mas por ser antes de mais nada um meio de expressão e de registro do espírito de uma determinada época (309) — se transformou, “modernizando-se”, a fim de adequar-se às novas necessidades

---

(305). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 43. Foi nesse sentido que Pedro Damiano felicitou o abade Desidério, por não encontrar no mosteiro de Monte Cassino a que este pertencia, essas escolas de crianças que enfraqueciam a disciplina (“Hoc ibi non mediocriter placuit quod ibi scholas puerorum, qui saepe rigorem sanctitatis enervant, non inveni”, *Opusc.* XXXVI, c. 16, P. L., 145, 621, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 43); Guiberto de Nogent citava os mesmos motivos para criticar essas escolas (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 43-4); Ulrico, um monge, afirmava já em 1085 que não havia em Cluny mais do que seis oblatos (*idem, ibidem*, p. 44), e ao mesmo tempo felicitava o abade de Hirschau, Guilherme, por ter suprimido os oblatos dos mosteiros, extirpando assim a única e verdadeira causa da decadência dos mesmos (“De qua re sentiat quisque quod voluerit; ego autem certus sum illam te radicem funditus extirpasse ex qua sola praecipue omnia sunt monasteria destructa, quae destructa sunt vel in teutonica vel in romana lingua”, *Antiquiores consuetudines Cluniacenses*, liv. III, c. 8, P. L., 149, 742B, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 44).

(306). — *Idem, ibidem*, p. 85.

(307). — No dizer de Paré, Brunet e Tremblay, *op. cit.*, p. 87, houve uma completa modificação na fabricação, comércio, difusão e circulação do livro e, parcialmente, pode-se aplicar às escolas episcopais do século XII, aquilo que Destrez disse a respeito das escolas do século XIII, isto é: “Le fait qu’au XIIIe siècle la vie intellectuelle abandonne les grandes abbayes pour se concentrer à l’Université, cause une vraie révolution dans la fabrication du livre: la lente copie faite dans le *scriptorium* de leur abbaye par des moines, qui font ce travail “pour la rémission de leurs péchés”, est remplacée par la copie rapide, faite dans toute l’activité d’un grand centre universitaire, par des scribes (clercs et laïcs), qui exécutent ces copies pour gagner leur vie. Le livre achevé n’est d’ailleurs plus destiné à rester dans une abbaye; il sera vendu et emporté du loin; la fabrication du livre devient une industrie” (*Études critiques sur les oeuvres de saint Thomas d’Aquin d’après la tradition manuscrite*, Paris, 1933, p. 8, apud Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 87).

(308). — Lowe, *Escritura*, in “El Legado de la Edad Media”, p. 250.

(309). — *Idem, ibidem*, p. 250.

de uma nova época: passamos de uma caligrafia arcaica e luxuosa dos *scriptoria* monásticos, para uma escritura cada vez mais rápida e econômica dos *stationarii* universitários (310); a *reportatio*, isto é, o processo de apostilas (311), que se propaga no aparelhamento escolar e que a Universidade do século XIII desenvolverá como instituição, foi uma iniciativa da escola episcopal do século XII (312).

Enfim, expressão de uma antiga realidade social e cultural (agrarismo e “idade beneditina”), as escolas monásticas não puderam adaptar-se às transformações sócio-culturais de uma nova realidade, aquela que emergiu do renascimento urbano e do renascimento cultural do século XII. Diante dessa nova realidade permaneceram elas, as escolas monásticas, instituições anacrônicas, envelhecidas, incapacitadas de compreender a efervescência espiritual que ganhava as inteligências (313) e, comumentemente, se predispunham

“a tornar-se os apoios da reação conservadora, contra as novidades sociais, literárias, filosóficas e teológicas” (314).

Compreende-se assim porque as escolas monásticas perderam a supremacia em favor das escolas episcopais que, impregnadas de uma atmosfera mais conveniente para o estudo (315), tornaram-se os centros mais ativos do ensino (316). Estas escolas, por estarem situadas nas cidades, conheceram os benefícios propagados pelo renascimento

---

(310). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 91. — “Peut-être n’insiste-t-on pas assez sur cette évolution paléographique, qui résulte de l’évolution même des institutions d’enseignement au XIIe siècle: personnel, technique, matériaux, tout se modifie dans ces nouveaux milieux scolaires, où la vie d’étude doit se poursuivre rapidement et pauvrement. Le clerc miséreux qui “fait de la copie” pour vivre, n’a point les loisirs sanctifiants du moine; tant le souci du salaire que l’économie du parchemin concourent à réduire l’ornement et à abrèger l’écriture, surtout parmi la gent théologique qui ne jouit pas habituellement des situations lucratives auxquelles conduisent la science du droit et l’administration” (*idem, ibidem*, p. 91).

(311). — “... non pas simples notes personnelles, mais transcription plus ou moins authentifiée (les auteurs protesteront, parfois contre les reportations compromettantes), destinée à circuler dans le public, -ce qui lui assure une notable importance” (*Idem, ibidem*, p. 92).

(312). — *Idem, ibidem*, p. 92.

(313). — *Idem, ibidem*, p. 38.

(314). — *Idem, ibidem*, p. 45.

(315). — Thut, *The Story of Education (Philosophical and Historical Foundations)*, Nova York, McGraw — Hill Book Company, Inc., 1957, p. 190.

(316). — Haskins, *The Rise of Universities*, Nova York, Great Seal Books, 1957, p. 12.



urbano e que foram negados às escolas monásticas (317). Nelas, no decorrer do século XII, se processou a renovação da cultura (318), a ponto da transferência da supremacia da escola monástica, para a escola episcopal se constituir num aspecto característico do renascimento cultural daquele mesmo século (319). E foi como consequência delas — e não das escolas monásticas, faz questão de salientar Rashdall — que se desenvolveram as Universidades (320). Surgem assim as Universidades para receber das escolas episcopais a supremacia pedagógica que estas arrancaram às escolas monásticas. Essa foi, num exemplo típico de dinamismo cultural, a evolução da pedagogia medieval européia: partimos da escola monástica e chegamos à Universidade. Ponto intermediário, porém obrigatório da evolução, a escola episcopal. Vejamos agora o caso português.

(*Continua*).

---

(317). — “Bénéficiant de l’animation des nouvelles agglomérations urbaines, tandis que les monastères s’étiolaient socialement et intellectuellement dans leur isolement rural, ces chapitres par leur position même, par leurs archives et leurs bibliothèques, par leur culture et leur maniement des affaires, fournirent spontanément les moyens de satisfaire aux exigences des nouvelles élites” (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 23).

(318). — *Idem, ibidem*, p. 52.

(319). — Rashdall, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 559.

(320). — *Op. cit.*, in “*Cambridge Medieval History*”, v. VI, p. 559; *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 29.